



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 11 de julho de 2018

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Os pontos centrais do Plano Metropolitano e a proposta de Criação de uma Agência Metropolitana

Os tópicos da apresentação realizada pelo Diretor Executivo da Câmara Metropolitana, Paulo Cesar Silva Costa, foram os seguintes:

- A Câmara Metropolitana está na missão de consolidar todas as iniciativas que foram trabalhadas durante todo esse tempo.
- A Câmara foi criada em 2014 e tinha duas missões básicas: reestabelecer ou propor um mecanismo de governança; reestabelecer ou estabelecer um planejamento na região metropolitana. São duas questões que estão sempre muito ligadas.
- Trabalhamos muito nas duas coisas paralelamente e concluímos há dois anos a questão da governança. Tendo, assim, condição de preparar um projeto de lei que influenciasse a Assembleia Legislativa pra podermos discutir essa questão com os parlamentares.
- O tema foi para a Assembleia em 2015 e foi bastante discutido. Tivemos três audiências públicas lá e inúmeras audiências nos municípios e em outros locais.
- Nessas discussões surgiram os temas mais polêmicos desse projeto, já que ele estava calcado em dois instrumentos, o Estatuto da MetrÓpole, criado no início de 2015, e na decisão do Supremo que fez uma leitura da questão do saneamento para as regiões metropolitanas do Brasil, em função das diretrizes da Constituição.

- As diretrizes do Supremo contidas no Estatuto da Metrópole não são muito divergentes. Cada uma se aprofunda mais em um instrumento, mas elas são convergentes em vários aspectos. E um deles, talvez o mais polêmico, é a questão do compartilhamento de decisões.

- É uma cultura que temos no Brasil e que existe mundo afora, onde as decisões das metrópoles tem que ser compartilhadas com a prefeitura e o governo do estado. Isso surgiu do saneamento, que na constituição diz ser responsabilidade das cidades, mas quando se fala de metrópoles tem outra conotação.

- Então temos esse projeto, e passamos por muitas discussões, mas no final acabamos concluindo que esse é um projeto de governo.

- Recentemente voltamos a discutir o projeto e mais uma vez surgiram as divergências. Existe um substitutivo que é preliminar, ainda não aprovado pelo colégio de líderes. É o primeiro passo para o projeto avançar, mas já foi um entendimento e algumas alterações mostram que foi lido e discutido na assembleia.

- Paralelamente nós vínhamos fazendo o plano estratégico e entendendo que nunca havia sido feito um plano com essa escala metropolitana. Até que o Estatuto da Metrópole chegou, se consolidou e deu essa determinação de que algumas regiões metropolitanas precisavam fazer um plano metropolitano num prazo determinado. No meio do processo, nos deparamos com a crise financeira do estado, que foi um grande obstáculo para dar prosseguimento ao plano. Continuamos trabalhando por meio de eventos e seminários. O plano foi concluído no mês de junho e está apenas em processo de revisão de texto e revisão de alguns documentos que serão colocados no site.

- O plano tem algumas características interessantes e outras controversas. E a grande dificuldade do plano foi encontrar institucionalidade que pudesse representar e participar do plano de forma institucional.

- Algumas questões surgiram durante o processo de construção do plano. Uma delas foi a pequena inserção que ele faz na questão do Rio de Janeiro em contraponto ao que ele dá de importância à periferia. Isso, provavelmente, ainda será muito discutido. O plano tem uma base de intenções de quebrar um pouco a desigualdade que existe entre a centralidade do Rio de Janeiro e as periferias. A questão é: como quebrar essa desigualdade? Como produzir mais para fortalecer as periferias sem quebrar a hegemonia da cidade do Rio?

- Outra questão é a da economia industrial, que precisa ser fortalecida, pois ela pode ter capacidade de reduzir essa desigualdade.

- Nós chamamos esse plano de Modelar a Metrópole, que é um conjunto de iniciativas que dá diretrizes para as políticas públicas, para que possamos, de fato, reduzir a desigualdade entre centro e periferia, além de melhorar a qualidade de vida da população.

Luis Firmino Martins Pereira, Superintendente da Câmara Metropolitana, toma a palavra

- A Região Metropolitana tem 21 municípios, 71% do PIB. A cidade-sede, que é o Rio de Janeiro, concentra 75% dos empregos. Somos 12,3 milhões de habitantes e temos uma extensa faixa de unidade de conservação do Estado.

- Falando um pouco da nossa geografia, é importante lembrar que a Baixada Fluminense e a Baixada de São Gonçalo são duas áreas bem densas de população e que os rios que escorrem rápido da serra têm um percurso bem mais lento e difícil nessas áreas de baixada suscetíveis à inundação e mudança climática.

- Inicialmente, o plano foi trabalhado em cima de seis eixos: configuração espacial, saneamento, habitação, mobilidade, patrimônio ambiental e cultural, e temos a expansão econômica e gestão pública como eixo transversal. Foi a partir disso que se começou o diagnóstico, as primeiras oficinas, onde levantamos todas essas questões para compor o plano.

- É importante destacar esse nosso crescimento de 31km² ao ano, que é absolutamente absurdo, do tamanho de São João de Meriti.

- O IDH da periferia é extremamente baixo.

- Também é importante observar o deslocamento em função dos 75% dos empregos estarem concentrados no Rio, além da distorção de tempo-casa-trabalho. O Rio de Janeiro tem 150km de extensão de uma ponta a outra da metrópole. De Santa Cruz ao Rio, por exemplo, são 70km de viagem, e isso dificilmente será vencido em menos de uma hora e meia. É necessário buscar um emprego mais perto de casa para quem mora longe.

- É interessante entender que nós temos hoje três milhões e novecentas mil moradias nessa Região Metropolitana. Temos um déficit de 10% disso, o que corresponde a 324 mil. Mas temos 20%, 717 mil, de moradias inadequadas. Ou seja, moradias que não têm rua, não têm calçada, não têm CEP, não têm absolutamente nada. Favelas e similares são 522 mil, também um número bastante expressivo, em torno de 15%.

- A questão do produto interno é bastante ruim, do ponto de vista geral. A exceção é Caxias, que desponta mais alto, Maricá, que mudou seu perfil brutalmente nos últimos anos, Rio de Janeiro, Niterói e alguns outros. Mas, no geral, é bem pouco expressivo o PIB desses municípios.

- A densidade populacional também mostra quanto a gente está disperso nesse novo modelo, sem densidade alguma. Belford roxo, por exemplo, aumentou em 3% a população, Cachoeiras de Macacu, 7%. A expansão urbana de Belford roxo nesse mesmo período foi de 9,7% e a de Cachoeiras de Macacu, 84%. Quer dizer, não tem proporcionalidade entre a população que aumenta e o que se toma de terra. Está se tomando terra num volume imensamente maior do que qualquer necessidade. Esse nosso sistema sem qualquer planejamento está impraticável.

- A demografia no horizonte do plano é um alento, do ponto de vista de que a partir de 2025 começa a haver uma inflexão. Ou seja, chegaríamos a 2025 com os 12,3 milhões que temos hoje. Entretanto, a terceira idade aumenta tanto em mulheres quanto em homens, o que muda bastante o perfil de demanda das cidades e dos serviços. Essa é a nova configuração que a gente vai ter no horizonte do plano.

- Nós detectamos, também, as áreas mais vulneráveis da metrópole. São 334 polígonos onde vivem dois milhões e setecentos mil habitantes. Essas áreas são aquelas onde há problema de falta de cidade, de acesso a equipamentos sociais, de lazer e onde tem o maior índice de criminalidade, por consequência.

- O plano traça 21 objetivos, conter o espraiamento e polinuclear a metrópole são os mais importantes.

- Uma questão importante na configuração espacial são as zonas de interesse metropolitano. O plano define três zonas de interesse: de caráter urbano, de caráter ambiental e de caráter econômico.

- O plano se estrutura em seis programas, contabilizando 131 ações. Já não se fala mais especificamente só sobre o saneamento, a mobilidade ou a habitação. Nós vamos falar, por exemplo, no Programa Equilibrar a Metrópole, que inclui as centralidades, a transversalidade, mobilidade, emprego e contenção do espraiamento.

- Outro programa é o Metrópole Sustentável, que envolve desde as questões rurais, como o cinturão que está sendo proposto, e outras como segurança hídrica e coletividade ambiental.

- o Programa Baía Reinventada propõe ações de esgotamento, de revitalização, de estímulo ao transporte aquaviário, incentivo à prática de esportes náuticos, além do investimento na valorização e revitalização do Sistema Insular da Baía e na sua preservação ambiental.

- O Programa Metrópole Inteligente busca investir na logística e indústria, carros-chefes da questão econômica, na pesquisa e inovação e na economia criativa, cultural ambiental e turismo.

- O Programa Habitar a Metrópole, que inclui saneamento, urbanização, regularização fundiária, adensamento no entorno de rodovias, lazer, parques e transportes ativos, além do Arco Metropolitano, no que diz respeito ao controle do entorno.

- Existe uma forte componente de adensar ao longo das linhas de trem, que podem no futuro ser metrORIZADAS e se tornarem uma excelente infraestrutura.
- De todas as áreas que o plano propõe adensar, 79% delas estão no Rio de Janeiro. Não estão, como se imagina, na periferia. Os 15 mil hectares que têm potencial para serem adensados próximos à infraestrutura de alta capacidade e transporte estão no Rio de Janeiro.
- O Programa Governar a Metrópole responde diretamente a uma grande preocupação manifestada pela sociedade civil em todo o processo de elaboração do PDUI que é melhorar a Gestão Pública e o atendimento às demandas da cidadania.
- Sobre os ativos de interesse metropolitano, existe uma busca permanente nossa ao longo do plano para que nós, de fato, possamos introduzir esse componente dentro do plano, dando a importância devida. Porque grande parte das nossas rodovias, rodoviárias, portos, aeroportos é concessão, seja federal, estadual ou até mesmo municipal. O nosso objetivo é discutir os editais de concessão para harmonizar com a política metropolitana.
- O curto prazo do plano é de zero a quatro anos, o médio prazo vai de quatro a doze e o longo prazo, de doze a vinte a cinco anos.

O presidente Mauro Osorio agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.